

BASES CIENTÍFICAS DA EQUITAÇÃO

Por MAURICIO GUDIN

Prof. de Clínica Cirúrgica da Faculdade Fluminense de Medicina — Chefe de Cirurgia Experimental do Instituto Oswaldo Cruz — Da Academia Nacional de Medicina — Da Academia de Cirurgia de Paris — Ten-Cel R.II.

Mil trezentos e sessenta anos antes de Cristo, já Kikulis, grande escudeiro do rei Supiluliamas, na Mesopotâmia, gravara, em quadros de cerâmica, o seu manual de equitação.

Do tratado de Simão de Atenas, escrito mil anos depois, subsistiu um único capítulo.

Xenophonte, filósofo, general de cavalaria, comandante da inolvidável retirada dos Dez Mil, 400 anos A.C., ainda mais celebrizado ficou por ter escapado à destruição o original da sua "Arte Equestre".

De então para cá se disse e tudo se escreveu, certo ou errado, sobre equitação.

Impressiona a aguda capacidade de observação, o bom senso, a visão nítida desses autores da antiguidade, assim como a coragem, a destreza dos cavaleiros que, no desconhecimento das selas, dos estribos, da castração, combatiam montando garanhões em pêlo.

Esta equitação instintiva ressuscitou séculos depois, após a descoberta da América, entre os índios americanos.

Montando em pêlo, sem idéias preconcebidas, sem ensino de espécie alguma, eles, que nunca tinham visto cavalo, é que vieram finalmente ensinar aos europeus a montaria atual de jóquei e consequentemente a do salto de obstáculo.

É estranho o fato de índios selagens terem ensinado a europeus civilizados u'a maneira de montar

inteligente, lógica e racional e *ipso facto* eficiente, assim como também ensinaram o tipo perfeito da natação de corrida — o cowl — originário dos índios paraguaios.

Montavam os europeus a todo o galope, enforquilhados perpendicularmente ao cavalo! Nadavam como os sapos!

Os índios fixavam-se pelos joelhos ao nível do centro de gravidade do cavalo em disparada, assim como fazem os macacos montando cães em corrida (jóqueis inexcedíveis quando têm rabo).

Na perseguição aos índios a cavalaria americana nunca conseguia alcançá-los.

Nadavam oferecendo o mínimo possível de resistência ao avanço. Não havia braçada ou *over arm* que os pudesse acompanhar.

* * *

Por que razão, foram necessários muito mais de três mil anos, através de um empirismo confuso, de erros acumulados, de interpretações errôneas, para se chegar ao estado atual dos nossos conhecimentos sobre equitação?

Duas são as razões. Razões básicas, fundamentais, condições *sine qua non*, para o conhecimento e a interpretação dos fenômenos extremamente complexos da dinâmica animal.

A primeira é que a capacidade visual do homem não vai além de um décimo de segundo para objeto em movimento.

É fácil, pois, render-se à evidência. Tudo aquilo que nos movimentos do cavalo e do cavaleiro imperceptivelmente escapa à nossa apreciação, dá lugar a palpites de cada um que servem de base à imaginação para interpretações fantasiosas e para estabelecer a confusão. O conhecimento exato dos movimentos, única base científica possível, só nos pôde ser fornecido pelo cinema, em câmara lenta, isto é, por imagens tiradas à razão de pelo menos 160 por segundo e projetadas 16 delas por segundo, o que aumenta 10 vezes a nossa capacidade de apreciação do movimento e muito mais ainda, se preciso fôr.

Há perto de 50 anos Gustavo Lebon, homem de ciência, fisiologista, apaixonado de equitação, procurando compreender o porque do que fazia montado a cavalo, abriu caminho ao estudo científico da equitação, aplicando ao estudo desta, o então cinema embrionário, a cronofotografia, que permitira a Marey, o grande Mestre do Colégio de França, lançar as bases do estudo da dinâmica animal.

O enorme progresso realizado na cinematografia ultrarápida, projetada em câmara lenta, faz com que, graças aos esforços de muitos investigadores, tenhamos atualmente perfeito conhecimento dos movimentos do cavalo e cavaleiro, em qualquer circunstância, única base sólida que nos pode levar a uma interpretação científica a qual nos permitirá compreender, se soubermos dar também, sobre base científica, a devida interpretação.

Eis a segunda condição primordial.

Para tanto é preciso aplicar ao caso uma noção básica de mecânica racional — a do apoio momentâneo sobre a inércia da massa.

Coube a de Sévy, pseudônimo do capitão de Beauregard, da Escola de Saumur, perceber esta relação de causa e efeito.

O seu livro "Galop de course et saut d'obstacle", por estranho que pareça, é prefaciado, não por um grande cavaleiro, um mestre de equitação, mas pelo professor

Weiss, catedrático de física da Faculdade de Medicina de Paris, de renome mundial.

Neste prefácio cita êle a experiência básica que mostra e permite compreender o fenômeno da tomada de apoio momentâneo sobre a inércia da massa.

Fixemos uma bola, de certo peso, ao teto, por meio de um fio. Prêso por baixo à dita bola está um fio de resistência equivalente ao de cima. Se exercermos uma tração lenta sobre o fio de baixo, romper-se-á, é claro, o fio de cima. A bola cai.

Mas se, ao contrário, efetuarmos uma tração brusca sobre o fio de baixo, é este que se rompe. A bola continua em suspensão.

Aí temos a demonstração típica, perfeitamente compreensível sem maiores explicações, da tomada de apoio momentâneo sobre a inércia da massa, base fundamental da dinâmica animal.

O que se passa com u'a massa inicialmente imóvel acontece da mesma forma com ela em movimento, ou com massas em movimento ligadas por forças interiores, os músculos, no caso da dinâmica animal.

Esse fenômeno pode ser facilmente visualizado se colocarmos sobre uma balança um homem de 70 quilos, com um dos braços na horizontal. Se êle abaixar bruscamente o braço, o mostrador marcará no momento 7 quilos a menos.

O peso do braço desapareceu durante o movimento. Passa-se exatamente o contrário se fizer o gesto de reerguer bruscamente o braço até a horizontal.

Sete quilos a mais dos setenta registrará o mostrador.

Se da posição ereta, por meio de gesto rápido, abaixar o busto, a balança registrará 40 quilos a menos.

E assim por diante em inúmeros movimentos.

Aí temos a importância capital do valor do gesto (que no caso tem um significado próprio), subtraindo ou aumentando o peso momentaneamente durante o movi-

mento ou ainda permitindo movimentos quando partes do corpo em suspensão ou não tomam momentaneamente apoio umas sobre as outras.

Se, ao saltar, no momento da propulsão dos posteriores, o cavalo souber abaixar a cabeça e pescoço e o cavaleiro o busto, sincronizadamente, são 100 quilos a menos que terão que ser propulsiados naquele instante. Mais não é preciso dizer.

Gustavo Lebon ao observar os movimentos de oscilação do pescoço e da cabeça, sucessivamente, para a direita e para esquerda, no cavalo a passo, confessou, lealmente, como cientista que era, que não sabia dar explicação ao fato.

Na girafa estes movimentos atingem o limite extremo.

Nada mais simples, entretanto, à luz dos conhecimentos atuais.

O proveito a tirar desses conhecimentos é imenso. Permite compreender o que se faz, uma vez que se sabe porque deve ser feito, *como e quando*.

O estudo do *gesto* contrariando ou auxiliando a *posição* exige estudo aprofundado.

Temos porém que nos limitar a estas simples indicações, no intuito apenas de chamar a atenção sobre o assunto daqueles que consideram a equitação um esporte inteligente e não uma simples exibição de snobismo e de riqueza.

Ao passo que notáveis cavaleiros manifestam a sua grande admiração pelos estudos de Sévy e pela inteligente interpretação que soube dar de fenômenos extremamente complexos, outros, da mesma escola de Saumur declaram não conseguir compreender de que se trata.

Contentes consigo mesmo possuem "o espírito de fácil satisfação". Nada mais têm que aprender, em assunto no qual, por mais que se faça, algo sempre há ainda a saber.

Capistrano de Abreu levou anos a estudar a língua dos índios Caxinauás. Quando o original da gramática estava para ser impressa, pegou fogo a Imprensa Nacional. Capistrano recomeçou. Tinha em casa dois índios Caxinauás.

Impresso o livro, levou-o a Rui Barbosa.

Impressionado pelo agigantado esforço, admirado dos profundos conhecimentos filológicos de Capistrano, observa todavia Rui: — mas Capistrano, você acredita encontrar muita gente que se interessasse por esse assunto?

Nem há dúvida. Talvez mais de dez, retorquiu Capistrano — Você, o Rondon, o Roquete, o Barroso...

Os índios Caxinauás não compartilhavam, porém, da incondicional admiração de Rui Barbosa pela vasta erudição do grande homem.

— Capistrano muito burro, dizem eles, não aprende a falar.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, de zembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

PETRÓPOLIS E SUA HISTÓRIA

General JOSE FAUSTINO DA SILVA FILHO

No dia 16 de março, completou a encantadora cidade de Petrópolis 112 anos de existência.

Nós nos dispusemos a escrever a história de sua fundação, pelo ineditismo que apresenta.

Nasceu ela do sorriso duma Imperatriz, ante os primores de sua exuberante e amena natureza. Foi imaginada, planejada e orientada, segundo um perfeito plano urbanístico, do qual teve a primazia no Brasil.

A FAZENDA DO CÓRREGO SECO

No primeiro quartel do Século XVIII, as terras do alto da Serra da Estrêla, foram doadas à diversas pessoas pelos Reis de Portugal. A sua ocupação só se tornou possível, após o feito do bandeirante Garcia Rodrigues Pais, filho do "Caçador de Esmeraldas", abrindo uma picada que, saindo da Paraíba do Sul, atingia o vale do Piabanha, dêle se afasta para cortar a serra, e ir novamente, percorrer o mesmo vale, em Pedro do Rio, para segui-lo até o encontro com o Itamarati, daí segue o Palatinato, que abandona para atravessar a garganta da serra da Estrêla, descendo por suas encostas para continuar pela baixada na direção dos cursos d'água, como: o Inhomitim ou Estrêla, o Pilar e o Igaçu.

O trecho da baixada, até a Fábrica da Estrêla, foi mandada alargar e calçar por D. João VI.

O Sargento-mor Bernardo Soares Proença, vai alargar e dar novo traçado à picada, que sempre se denominou de "caminho novo" e, em paga, foram-lhe doadas, por

carta régia de 11 de novembro de 1721, em sesmaria, as terras da atual zona urbana da cidade.

A larga picada, no inverno, tornava-se escorregadia e formava perigosos atoleiros. Viajantes e tropeiros que então tentavam a descida da garganta até a base — para alcançar a Vila da Estrêla, despencavam-se pelas grotas com mulas e cargas.

No alto da serra ficava a "Fazenda do Córrego Sêco", tendo ao lado uma venda e dois ranchos, nos quais, à guisa de hotel, pousavam os tropeiros e animais carregados, que procediam de Minas Gerais. Em 1730, tal Fazenda é adquirida por Manuel Vieira Afonso, descendente da família portuguesa dos Vieira, que desde cem anos antes se localizara em Suruí, na baixada fluminense.

D. Pedro I gostava de caçadas, sendo a Serra da Estrêla um dos sítios preferidos. Dali seguia, muitas vezes, em visita a seu amigo Padre Correia, na Fazenda conhecida como dos Correias, que ficava na localidade que hoje tomou o seu nome.

Em 1830, tendo os médicos aconselhado mudança de clima para sua filha Paula Mariana, então com 7 anos de idade, resolve levá-la para a Fazenda dos Correias. Empreende tal viagem, em companhia de sua segunda espôsa, D. Amélia, indo pousar na "Fazenda do Córrego Sêco".

A Imperatriz fica encantada com a natureza daquele pouso, louvando, com sorriso franco, as delícias do clima e o deslumbramento da paisagem. O Imperador propõe a

compra da Fazenda, negócio que foi ajustado por 50.000 cruzados ou sejam 20 contos, cuja escritura foi passada em 6 de fevereiro de 1830. D. Pedro I, compra a abandonada fazenda para atender à sua segunda esposa, D. Amélia, informa o "O Comércio", órgão oficial da Prefeitura de Petrópolis.

O Imperador não teve o prazer de veranejar em sua Fazenda. Após sua morte, corre o inventário, em Portugal, desde 6 de outubro de 1834, e a partilha, que chegara a ser aprovada pelo Conselho de Família, foi impugnada pelo Marquês de Itanhaem, tutor de Pedro II e pelo próprio General Paulo Barbosa, na qualidade de Mordomo. Foi retificado, em 1842, pelo acôrdo assinado pelo referido Mordomo e por Samuel Philips e Cia, procurador da Duquesa de Bragança, que era a inventariante dos bens deixados por D. Pedro I.

Pela Lei n. 108, de 26 de maio de 1840, ficou o govêrno autorizando a despendar até a quantia de 14 contos, para remir a fazenda que fôra lançada aos credores; passou ela então a pertencer a D. Pedro II, sendo avaliada por Cr\$ 13.974,00.

MAJOR JULIO KOELER

Era natural de Mayence, na Alemanha, sendo Alferes da arma de Engenharia. Em 1828 foi contratado pelo Barão Schaeffer para servir no Exército, onde alcançou os postos de 1º Tenente até Major.

Naturalizou-se em 1831 e casou com brasileira, D. Maria José Rabelo Delamare.

Em 1835 foi encarregado pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro do levantamento da planta topográfica da região, que se estendia do pôrto da Estrêla até Paraíba do Sul.

No desempenho desta missão, hospeda-se na Fazenda do Córrego Sêco.

Aquela naturueza exuberante, de topografia acentuadamente agreste, desperta em seu ânimo de competente engenheiro a convicção de

que aquelas paragens dariam para uma magnifica colônia, em tórno da Fazenda.

No dia 12 de novembro de 1837, acoassado pela tempestade, entra na baía de Guanabara, o brigue inglês "Justine", trazendo a seu bordo diversas famílias de colonos alemães, num total de 180 pessoas, que procediam de Havre e se destinavam à Sidney. Eles se queixam, às autoridades da polícia, das atrocidades praticadas pelo capitão, que lhes dá alimentação insuficiente e deteriorada. E apresentam estado físico lastimável: — estão magros, esqueléticos, andrajosos, dolentes e alguns febris. Entre os alemães que lhe vão levar conforto, acha-se o Major Koeler, a pregar entusiástico sermão de doutrinação serrana. Descreve a Serra da Estrêla com tanto ardor, realçando-lhe tão amorosamente os encantos, que seus patrícios se deixam contagiari por sua lúbia e aderem à sua proposta.

O governador do Estado do Rio entra em entendimento com o Mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Paulo Barbosa. Eis o Major Koeler, radiante, vaidoso, entregando ao administrador Sr. Meyer para que o conduzisse, o seu bizarro batalhão de 120 emigrantes armados de enxadas, pás, picaretas e... crianças.

Leva-os para a Fazenda do Córrego Sêco, conforme a autorização obtida e fa-los trabalhar na estrada para Minas Gerais.

Três meses depois, já era longa a caminhada a fazer, pois a estrada se distanciava a largos passos. Vai alojá-los, então, ao lado do rio Itamarati, numa espécie de caserna, onde cada família ocupa dois cômodos.

A alimentação ia se tornando deficiente, os ordenados se atrazavam e grande eram os esforços despendidos. Alguns adoecem e outros morrem. Koeler se desdobra, aconselha, promete, mas a administração não o ajuda. A legenda de Nova Friburgo corre alviçareira a despertar-lhes curiosidade, a atraí-los como uma simpática recorda-

ção da Suíça — alemã. Nova Friburgo era um nome patricio, espécie de ranz de gado.

Koeler vai sofrer uma grande decepção, quando ao regressar de uma de suas descidas ao Rio, em busca de recursos, encontra apenas o Senhor Meyer, o administrador e subcomandante daquela caserna abandonada.

O ARRENDAMENTO DA FAZENDA

Julio Koeler volta ao seu pouso na Fazenda e trabalha febrilmente, fazendo investidas, reconhecimento e locações para uma estrada que serpenteie a serra. Como ajudantes, dispõe do velho Meyer e dois tropeiros. Terminados os estudos, requer o arrendamento da Fazenda e apresenta seu projeto do traçado da estrada, juntando as respectivas plantas.

Entrega tudo ao governador da Província e vai à procura de amigos do Estado do Rio que se contagiam do seu entusiasmo e se interessam pelos seus projetos. São eles: o Conselheiro Paulo Barbosa, o Senador Aureliano de Souza Oliveira Coutinho e o governador João Caldas Viana.

O Conselheiro Paulo Barbosa, ao encaminhar o requerimento, formula um plano de cidade-colônia.

A escritura de arrendamento da Fazenda do Córrego Sêco foi lavrada na Mordomia da Casa Imperial, em 26 de julho de 1843.

É interessante assinalar, chamando para o caso a atenção do leitor, que as condições de aforamento anexas ao contrato de arrendamento, de 26 de julho, referem-se à Fazenda do "Córrego Sêco", enquanto que, as de 30 de outubro, vão cogitar das terras de Petrópolis, e as do arrendamento do Major Koeler.

O contrato de arrendamento foi de parte da fazenda, fazendo-se nêle a ressalva: de que se reserva para aforar a particulares e se edificar a Igreja e o Cemitério, todo o terreno colateral da estrada, com cem braças de cada lado, conforme estabelece o art. 4º.

Nas condições estabelecidas para aforamento das terras de Petró-

polis, vai-se fazer perfeita distinção entre estas e as da parte da Fazenda arrendada sem reservas.

Das terras de Petrópolis não se concederá mais que dois prazos fronteiriços a estrada, rua ou praça, conforme o art. 4º, enquanto que pelo art. 5º das Condições das Terras arrendadas consta: — "se a alguém convier possuir maiores fundos do que o de cem braças, mencionará isso no seu requerimento. Aqui nenhuma casa ficará mais próxima da estrada do que 50 palmos (n. 4 do art. 6º) e nas de Petrópolis: as casas serão contíguas à rua ou praça (§ 1º do artigo 6º).

Para os enfiteutas de Petrópolis se exigia calçar sua frente com alvenaria e conduzir as águas pluviais dos telhados por canos e tubos verticais encostados ou introduzidos nas paredes (§§ 3º e 4º do art. 6º).

Os foreiros do Córrego Sêco, pròpriamente dito, se obrigavam a fechar suas testadas com a estrada, com grades ou muros e portões elegantes (n. 2 do art. 6º).

CONSTRUÇÃO DA ESTRADA

Aprovado o traçado da estrada, é autorizada a sua construção.

Desta vez é o próprio Koeler quem comanda o batalhão constituído por portugueses, mulatos e negros forros, pois o Presidente da Província não queria o aproveitamento de escravos. Os trabalhadores vão ali afluir em massa. A abertura da estrada vai começar pelo centro, a partir do lugar chamado cortiço. O Embaixador da Bélgica, Conde Auguste Van der Straten-Ponthoz, em seu livro "Le Budget du Brésil", edição de 1854, diz que: — "a estrada unindo Petrópolis ao litoral, cujas rampas, pelo seu arrojô, deram-lhe o nome de *Simplon do Brasil*".

O Major Koeler em artigo de 31-I-1845 informa: — "o seu declive, de 1 por 16, assemelha-se ao da rua das Marrecas; que já se acha feita a terça parte desta obra grandiosa e magnífica, com trilho cômodo em tôda a estrada, para passageiros, cavaleiros e li-

teiras, cujo percurso demanda duas horas.

AS PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES

Em 1844 tem início a construção dum barracão na rua do Imperador, para acomodação dos empregados da povoação e da reparição de obras. Koeler dá início as obras do Palácio Imperial, conforme consta de publicações feitas no Diário Oficial da Província do Rio de Janeiro daquele ano. Em janeiro de 1845 chegam 40 pretos da fazenda de Santa Cruz, para serem empregados nas obras do Palácio, que é o mesmo onde hoje está o Museu. O Sr. Meyer levanta a sua casa e a do Major Koeler, que vai depois se transformar no Hotel Suíço. Constrói-se o Hospital dos Pobres sob a invocação de Santa Teresa, na rua Monte Caseros, onde esteve recolhido o Presidente Vargas quando quebrou a perna pelo rolamento duma pedra na estrada. A casa da Fazenda ficava na rua Marechal Deodoro, onde foi o Hotel Mac Dowel, depois Mills e até 1940 a Pensão Prista, que foi demolida. O cemitério foi localizado onde se acha a Igreja do Coração de Jesus.

Ao lado do Palácio, dando frente para a atual Avenida 15 de Novembro, ficou a casa dos Mordomos. A primitiva Igreja Matriz foi erguida na rua da Imperatriz, atual 7 de Setembro, pelo mestre de obras português Manuel de Almeida, orientado por Koeler. O relatório apresentado pelo Governador Caldas Viana à Assembléa Legislativa, em 1 de março de 1844, no capítulo: "Colonização", refere-se às instruções que dera sobre terrenos que pudessem servir para colonização, indagando de suas extensões, fertilidade e espécie de cultura mais prestáveis e riqueza em matas.

COLONIZAÇÃO

Com a queda do Partido Conservador, em 12-IV-844, abandona Caldas Viana a presidência da Província, sendo substituído pelo Desembargador Aureliano de Souza

Oliveira Coutinho, fidalgo da Casa Imperial que pertencia ao Partido Liberal. Como político, procurou desmerecer as ações administrativas de seus antecessores: o Marquês de Paraná e João Caldas Viana. Este, tinha firmado contrato em 26 de outubro de 1843, com o francês Louis Joseph Marie Bergasse, para a vinda de 600 colonos brancos. O Visconde de Sepetiba vai opor diversas objeções e o contratante prefere rescindir o contrato.

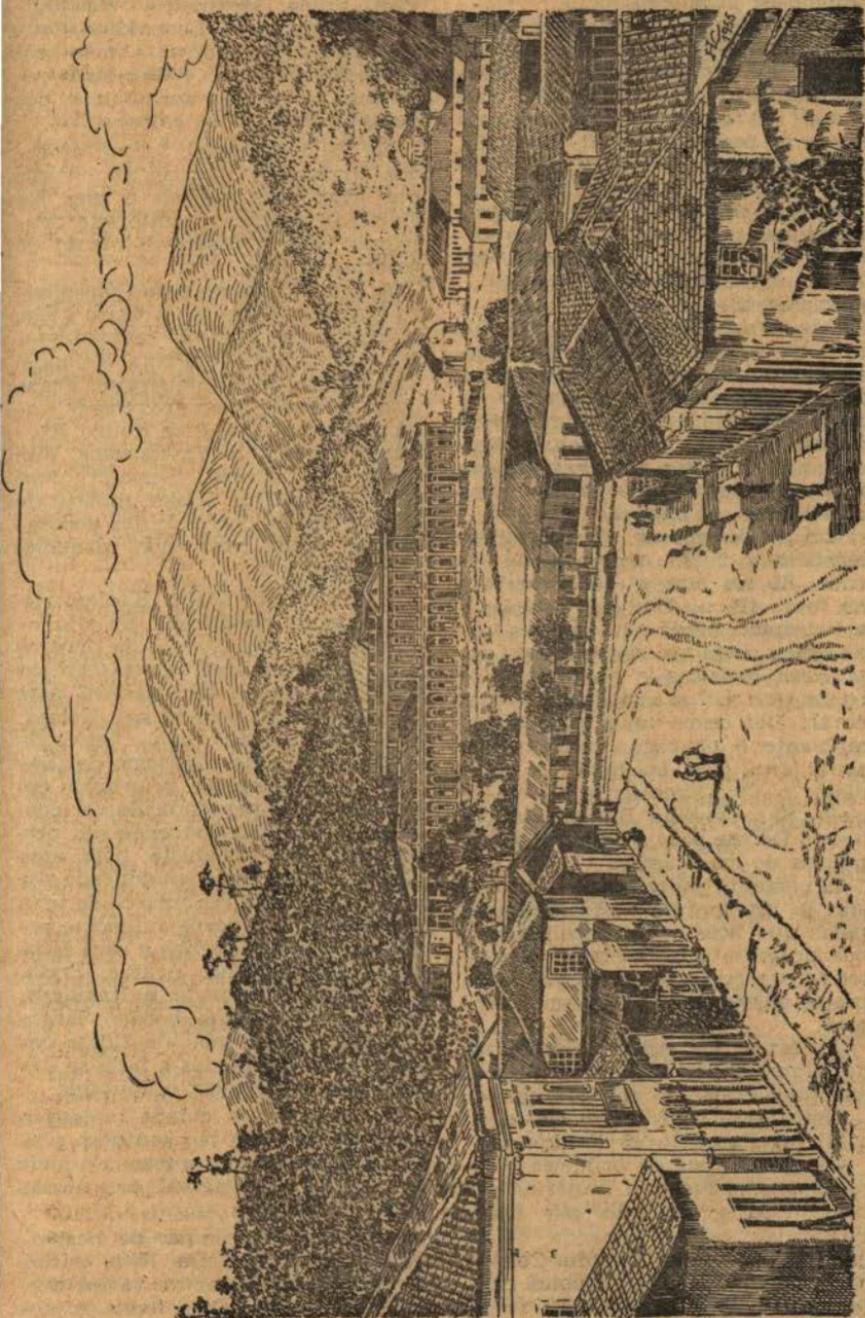
Em seu relatório de 1844, refere-se Caldas Viana à proposta da firma Charles Delrue, de Dunquerque, para a vinda de 100 ou 200 operários alemães habituados aos trabalhos de estradas, para serem empregados nos caminhos da Serra da Estrêla e outras vias de comunicações.

Tal contrato vai ser firmado por Aureliano Coutinho, dentro de crédito de 300 contos votado pela Assembléa. Na minuta constava que o Governo pagaria as passagens das mulheres e filhas dos trabalhadores. Ao serem feitas as cópias de contrato, em vez de mulheres e filhos, figurou o termo família, circunstância que não chamou a atenção do Presidente, cheio de afazeres, o qual assinou as cópias.

É possível que Delrue tenha agido de má-fé, pois devia saber existir grande coesão na família germânica, qualidade moral que não permite a separação de seus membros. Aqui chegaram, pois, tios e velhos avós. O Professor Handelman informa que a firma Delrue não agia com honestidade, procurando atrair os emigrantes com promessas irrealizáveis.

A 25 de junho de 1845, chega no brigue "Virginie" a primeira leva de 12 ou 14 famílias com 160 pessoas, que foram abrigadas num barracão próximo às obras da Matriz de Niterói.

A seguir, um segundo navio com 14 famílias representando 180 emigrantes. E Delrue não pára nos seus engajamentos. De 15 em 15 dias, aportam navios carregados de novos emigrantes. Não havia onde alojar tanta gente. É o Mordomo General Paulo Barbosa que



PALÁCIO IMPERIAL, ATUAL MUSEU DE PETRÓPOLIS

vai dar solução ao problema, enviando-os para Petrópolis.

Ante a decisão de se formar uma cidade, Koeler quer ve-la expandir-se e, demonstrando seu desprendimento e entusiasmo pela idéia, vai abrir mão do contrato que era por 9 anos. E, em 1847, para aumentar a cidade, faz doação, ao seu amigo Pedro II, das sesmarias de sua propriedade, em Quitandinha, por ato lavrado no tabelião José Pinto de Miranda, em 3 de julho daquele ano.

Procedente de Niterói, chega, a 29 de junho de 1845, a primeira leva de colonos. Com a sua reconhecida atividade e entusiasmo, vai Koeler providenciar sobre os transportes, víveres e acomodações. Sabendo que as mães tinham perdido o leite, com o mal passado das viagens, adquire 200 cabras para amamentar as crianças.

Em poucos meses, os emigrantes atingem a 2.111, tendo ainda ficado 25 no Rio e 75 morreram de febre tífica. Dos que chegaram a Petrópolis havia: lavradores, cozinheiros, alfaites, confeiteiros, sapateiros, músicos e dançarinos de corda, que não se adaptaram à vida rural. Daí desceram à procura de ambiente e ocupação mais condizente com suas aptidões. A vista disso, o Vice-Presidente em exercício, Sr. Cândido Batista, dá ordem a Delrue para suspender as remessas de emigrantes.

A corrente emigratória nem assim se interrompe. Aconselhados pelos que aqui se acham (dada a boa acolhida que tiveram), e certos da concessão de terras por baixo preço, passam a vir por conta própria.

As terras de cultura, num raio de algumas léguas, são divididas em quarteirões e concedidas por ínfimo preço, conforme a classe ou seja: afastamento do Palácio.

Os quarteirões de primeira classe, denominados Vila Imperial, são concedidos a dez réis por braça quadrada; os de segunda classe que são: Princesa Imperial, Francês e Nassau e os de terceira classe, como: Vila Teresa e Palatinado — a cinco réis. Os de quarta classe, a saber: Mosela Bingen,

Renania, Castelania, Português, Inglês, Suíço, Brasileiro, Westphalia, Residência, D. Leopoldina, Central, Ipiranga e outros a meio real a braça por ano!... Os nomes recordam os rincões germânicos, dos quais provieram os colonos.

Na Vila Imperial foram aforados terrenos a ilustres brasileiros que, com seus capitais e suas influências políticas, muito vão contribuir para o desenvolvimento da futura cidade.

A lista foi aberta pelo Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, seguindo-se-lhe: Francisco de Paula Holanda, Cavalcante de Albuquerque, Francisco de Paulo Negreiros Sayão Lobato, Visconde de Bom Retiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Visconde de Macaé, Senador José Martins da Cruz Jobim, médico do Paço e tantos outros, cujos descendentes ainda usufruem daqueles aforamentos.

O previdente Major Koeler vai-lhe impor: obediência ao alinhamento das ruas, plantio de árvores nas calçadas e aterros nos terrenos cuja declividade não dessem para rios que lhe passassem nas divisas. No traçado da cidade, fugiu da forma clássica do rigorismo de ruas que, simetricamente, se cruzam em tangentes e perpendiculares com praças centrais. Concebeu um primoroso estilo urbanista, para uma cidade que nasceria emoldurada por espessa floresta, no píncaro de uma serra, donde se despejam rios e regatos, como o Piabanha e seus afluentes Quitandinha, Araras, Preto, Fagundes, Palatinado e Itamarati, em cujas margens bordou largas avenidas, que ornou de flôres coloridas e perfumadas e hoje se denominam de Koeler e Ipiranga.

Foi a primeira cidade brasileira a obedecer a um tão suntuoso plano urbanístico, que a tornou a mais encantadora e original das nossas urbes.

O primoroso renque de hortências, palmas de Santa Rita, cristas de galo e orquídeas de vários matizes, se estendem por todos os jardins e praças e vão acompanhar os viajantes estradas afora até as lo-

calidades circunvizinhas, numa sequência ininterrupta de suaves recordações.

FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Pela Lei n. 397, de 20 de maio de 1846, é elevada à graduação de Freguesia de São Pedro de Alcântara de Petrópolis, dependendo do Município da Estrêla, passando este de arraial à categoria de Vila, desmembradas suas terras da Vila de Paraíba do Sul. Foram seus primeiros juizes de Paz: Augusto da Rocha Fragoso, que foi, depois, o primeiro concessionário das diligências que iam até Juiz de Fora pela Estrada União e Indústria e residia na vila, acima da Estrêla, que ficou com o nome de Parada do Fragoso. A êle seguiu-se Luiz de Azevedo Coutinho, que foi substituído por Joaquim Ferreira Lagos, que era secretário do Instituto Histórico e Geográfico e foi um dos primeiros arrendatários, ficando com três prazos.

A 21 de novembro de 1847, vai Petrópolis passar por um profundo golpe. O grande pioneiro da serra e extraordinário realizador das obras de instalação da cidade, vai ter morte trágica. O Major Koeler realizava um exercício de tiro ao alvo, com amigos, sendo acidentalmente abatido por um deles. Dois dias após seu falecimento, chega a comunicação de haver sido agraciado, pelo Duque de Hessen, com a comenda da Ordem de São Felipe. A direção da Colônia passa às mãos do Sr. Firne e decai muito. Após sua longa e desastrosa gestão, deixou-a alcançada e foi substituído pelo engenheiro José Maria Jacinto Rabelo, que tem por sucessor Vicente Marques Lisboa, ambos probos e trabalhadores.

A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO

Dada a ótima direção que tiveram os colonos e espírito empreendedor que demonstraram, vai ter, Petrópolis, um rápido desenvolvimento e acentuada prosperidade, progresso não atingido por outras colônias brasileiras mal povoadas e

pior dirigidas. Com o seu adiantamento, toma vulto a idéia de emancipação. Não se conformavam com a situação de recolher impostos e, em tudo depender, de um município de menor renda.

Querem se libertar da Vila da Estrêla. Em 1856, orça sua população por 6.000 habitantes, dos quais 3.014 eram colonos, destes, porém, 1.355 já nascidos em Petrópolis e queriam ver prevalecer o valor dos seus esforços. Como defensor dos seus anelos vão encontrar o destemeroso deputado Major Amaro Emílio da Veiga, verdadeiro arauto da emancipação petropolitana. Não só encaminhou a votação, como se bateu denodadamente contra o veto e as sorelfas para a promulgação da lei, que tomou o n. 951, de 29 de setembro de 1857 e foi referendada pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Comendador Francisco José Cardoso. Petrópolis tem foros de cidade! E chegou à cidade com a particularidade de não ter sido vila. O período áureo de sua vida vai ser aquele de nove anos, de 1894 a 1902, em que teve a insigne honra de ser a Capital do Estado do Rio.

Pelo recenseamento de 1940, atingiu a 84.875 habitantes e, em 1950, a 108.307 almas, ocupando o 28º lugar, dentre as cidades brasileiras, pela população.

Foi em direção à bela cidade serrana que o Barão de Mauá lançou os trilhos da primeira via férrea brasileira.

OS MONUMENTOS

Existem três monumentos em homenagem a D. Pedro II: uma estátua na Praça D. Pedro, outra no Parque do Museu Imperial e um marco com um medalhão em bronze no bosque do Imperador.

Ao serem programados os festejos comemorativos do 58º aniversário da fundação de Petrópolis, estabelecem seus organizadores que o produto da festa seria aplicado na ereção duma estátua ao Major Koeler. Foram obtidos Cr\$ 4.941,97. Resolvem dirigir um

apelo à Câmara Municipal. Esta, pelo Decreto n. 5, de 1 de dezembro de 1916, autorizou o Executivo a despendar a quantia de Cr\$ 3.000,00 para auxiliar a criação de um monumento ao Major Koeler, fundador da cidade de Petrópolis. Este monumento foi colocado na praça da Catedral. Anteriormente, em 30 de abril de 1906, fôra inaugurado o seu retrato, juntamente com o do Imperador, no salão de honra da Câmara Municipal. Telas a óleo, em grande for-

mato, do pintor Joaquim Rocha Fragoso.

Petrópolis ainda deve a perpetuação no bronze ao General Paulo Barbosa da Silva, criador da idéia de sua fundação; aos Presidentes João Caldas Viana e Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, dos quais derivaram as providências administrativas inerentes à realização do projeto de instituição da nova povoação e ao Major Amaro Emílio da Veiga, verdadeiro arauto da emancipação petropolitana.

Indústrias "CAMA PATENTE — L. LISCIO" S/A

A MAIOR FÁBRICA DE CAMAS DA AMÉRICA DO SUL
FÁBRICA DE CADEIRAS FAIXA AZUL



MATRIZ:

SÃO PAULO — RUA RODOLFO MIRANDA, 97

FILIAIS:

**RIO DE JANEIRO — RECIFE — SALVADOR — BELO HORIZONTE
— MACEIÓ — FORTALEZA — JUIZ DE FORA (Serrarias em Campo Mourão — Norte do Paraná e Vila Elvio) — VILA ELVIO (Piedade)**